



A dimensão política do assédio sexual de rua: aplicativos de mapeamento como iniciativas de cidade inteligente

Adriana Tulio Baggio*

Nanci Stancki da Luz**

Resumo: Os aplicativos de mapeamento de assédio sexual de rua, que permitem a sinalização, em um mapa colaborativo, de locais de ocorrência de assédio, podem ser entendidos, à primeira vista, como iniciativas de cidade inteligente. Por meio dessas iniciativas, a população e outras instâncias sociais ajudariam o poder público a resolver os problemas citadinos. Tais aplicativos, então, colaborariam para o combate ao assédio sexual de rua e, conseqüentemente, melhorariam as condições de mobilidade urbana feminina. Analisando os sentidos produzidos pelos textos dos aplicativos, é possível considerá-los como iniciativas de cidade inteligente? Mais especificamente, seu fazer discursivo proporciona a dimensão política adequada para transformar a narrativa do assédio, promovendo uma vida urbana com mais cidadania para as mulheres? Para responder essas questões, analisamos neste artigo quatro aplicativos de mapeamento de assédio sexual de rua, tomando por base os conceitos canônicos da semiótica discursiva. A abordagem teórica também opera um entendimento de cidades inteligentes como adjuvantes na conquista dos objetos de valor da sociedade. Neste caso, tal objeto deveria ser o combate ao assédio. A análise mostra que nem todos os aplicativos realizam a mesma performance, sugerindo que a promoção de políticas públicas é prejudicada devido a uma reiterada e distorcida visão sobre o problema.

Palavras-chave: Vida urbana; Cidades inteligentes; Dimensão política; Assédio sexual de rua; Aplicativos de mapeamento.

Introdução

As discussões sobre *smart cities*, ou cidades inteligentes, costumam abordar tanto o seu potencial para a elevação da qualidade de vida nas cidades quanto o desafio que isso representa para os gestores. A inovação tecnológica é fundamental

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160193

* Doutora em Comunicação e Semiótica. Pós-doutoranda em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: { atbaggio@gmail.com }. ORCID iD: { <https://orcid.org/0000-0002-5016-1289> }

** Doutora em Política Científica e Tecnológica. Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: { stancki@utfpr.edu.br }. ORCID iD: { <https://orcid.org/0000-0002-4970-2498> }

para estas iniciativas, mas elas também exigem mudanças nos modelos de gestão e na proposição de políticas públicas (ver, por exemplo, CADERNOS, 2014). Os problemas de mobilidade urbana, que costumam receber bastante atenção dos projetos de cidade inteligente, dificilmente são resolvidos de maneira satisfatória se não há também uma mudança na política (ou seja, nos valores semióticos e em sua axiologização na gestão da *polis*) de abordagem desses problemas.

Em São Paulo, por exemplo, uma pesquisa apontou que o pior aspecto do transporte público em ônibus é a falta de segurança em relação ao assédio sexual (REDE, 2017). Esse fator ficou à frente de reclamações como atrasos, superlotação e preço da passagem. Pode-se argumentar que aspectos estruturais, como a superlotação dos veículos, sejam causadores do assédio. No entanto, assédios ocorrem também em veículos menos cheios, nos terminais e paradas de ônibus, nas ruas¹.

De fato, o assédio sexual no espaço urbano dificulta o acesso das mulheres ao trabalho, ao estudo e à qualificação profissional (Piva, 2016). Se essas mulheres são pobres e moradoras de bairros periféricos, menos atendidos pela estrutura cidadina (a exemplo das que indicaram o assédio como principal problema nos ônibus), esse problema específico afeta de maneira importante a sua mobilidade, destinando modos de viver bastante negativos para esse segmento da população.

Portanto, ainda que aspectos estruturais da mobilidade (condições das vias, tráfego, tarifa e qualidade do transporte coletivo etc.) tenham recebido mais atenção das cidades nos últimos anos, ela ainda é dificultada pela violência de gênero. Se o combate a esse problema não é um valor forte a destinar as práticas e os discursos dos sujeitos institucionais e sociais – ou seja, se não faz parte de estratégias de políticas públicas –, a mobilidade urbana permanece dificultada para os sujeitos afetados por esse tipo de violência.

Uma mudança na política de abordagem do problema da mobilidade deveria, portanto, ter como relevante a desigualdade de gênero estrutural da sociedade brasileira, que também orienta a relação entre homens e mulheres no espaço urbano². Esse fator é pouco ou nada considerado, em parte porque, não apenas no Brasil, ainda são poucas as mulheres nas esferas de decisão política (não apenas governamental, mas também da iniciativa privada). E, quando participam, as demandas que levam para discussão costumam ser desqualificadas ou tratadas como “particulares” (Raibaud, 2015). A partir desta visada, o assédio é um problema individual e privado, e não coletivo e público. Não é corretamente tipificado como crime³ e é visto como “cantada”, como algo inócuo, sem maiores

¹ Ver, por exemplo, os depoimentos registrados no mapa Chega de Fiu-Fiu, um dos aplicativos analisados neste artigo. A planilha com os dados está disponível para download no site da iniciativa (THREATS, 2018).

² Esta desigualdade está baseada na concepção da superioridade do homem sobre a mulher e na ideia de que a atuação da mulher deve ocorrer no espaço doméstico e privado. A mulher, no espaço público, perde o direito à privacidade e está submetida ao controle ou à violência sexual por parte dos homens. Ver, por exemplo, os trabalhos de Rebecca Solnit (2016) e Anthony Giddens (1993).

³ A lei 13718/18, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), sancionada em 24 de setembro de 2018, caracteriza como importunação sexual o ato libidinoso praticado contra alguém, e sem autorização, a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro (CÂMARA, 2018). A lei não prevê punição, no entanto, para diversos outros casos de assédio que não envolvem contato

efeitos na vida das pessoas (Baggio; Luz, 2019).

Parece ter havido uma mudança nesse cenário a partir de 2014, quando começaram a surgir alguns aplicativos de mapeamento de assédio sexual de rua⁴ propostos por várias instâncias, incluindo o poder público. Os aplicativos, de forma geral – falaremos de cada um deles mais adiante –, permitem que os sujeitos usuários sinalizem em um mapa locais de ocorrência de assédio. Em termos de características tecnológicas e de funcionalidades (rede que integra usuários, pontos de acesso, aplicações), esses aplicativos podem ser definidos como iniciativas de cidade inteligente (Kominos⁵ citado por Gama; Fernandes, 2006). No entanto, para efetivamente receberem essa definição, tais iniciativas precisam atuar “[...] promovendo *novas formas sócio-culturais e redefinindo as espaço-temporalidades, os hábitos e o viver urbano*, no presente e num possível ordenamento e planejamento futuro” (Gama; Fernandes, 2006, p. 2, grifos nossos).

Ao usar os aplicativos, os sujeitos estariam contribuindo para o enfrentamento do problema, auxiliando a preencher uma lacuna de atuação que, em princípio, seria do poder público. De posse das informações sobre áreas nas quais o assédio é mais praticado e de informações sobre como ele ocorre, o poder público poderia tomar providências para eliminar ou diminuir a sua ocorrência. Seria um caso em que iniciativas de cidade inteligente atuariam naqueles outros aspectos dos problemas de mobilidade urbana que não os estruturais.

Porém, quando se consideram os efeitos de sentido sobre o assédio produzidos pelos textos desses aplicativos, pode-se realmente perceber neles a manifestação de um discurso de promoção de *novas formas socioculturais* de ocupação do espaço urbano? Ou seja, percebe-se neles a promoção de uma *mudança política* na abordagem do assédio sexual de rua?

Seguindo Eric Landowski, entendemos a política, neste contexto, como uma dimensão de

[...] todo “fazer” discursivo cuja efetuação vise, ou simplesmente acarrete, algum *efeito de poder*, entendendo, com isso, a transformação das competências modais das partes integrantes da comunicação e, por conseguinte, a transformação das condições de realização de seus respectivos programas de ação. (Landowski, 1992, p. 206, grifo do autor)

Os aplicativos têm um fazer discursivo sobre o assédio que visa transformar as competências modais do sujeito que usa o aplicativo – que pode ou não ser atorializado pela vítima de assédio –, do sujeito sociedade e do sujeito poder público. Em teoria, o valor de base de todos esses sujeitos deveria ser o mesmo: o enfrentamento do assédio sexual de rua e dos problemas que acarreta. No entanto, uma

físico ou exposição de genitais, mas que ainda assim provocam os efeitos negativos que estão sendo discutidos no artigo.

⁴ O contexto em que surgem estes aplicativos é marcado, de um lado, pela popularização do uso de smartphones e, de outro, pelo aumento da visibilidade de pautas feministas relacionadas ao combate à violência contra a mulher. Um episódio emblemático em relação a este segundo fator é o protesto conhecido como Marcha das Vadias, surgido em janeiro de 2011 no Canadá (SlutWalk) e realizado no Brasil, a partir da metade do mesmo ano, durante alguns anos seguidos. A Marcha protestava especialmente contra a culpabilização da vítima em caso de violência sexual.

⁵ KOMNINOS, Nicos. *Intelligent cities: innovation, knowledge systems and digital spaces*. London: Spon Press, 2002.

análise dos discursos dos aplicativos mostra que talvez estejam sendo reiteradas algumas concepções que resultam num programa de manutenção das condições para o assédio, e não de sua transformação. Neste caso, não estaria havendo uma mudança política na abordagem do assédio sexual de rua e, conseqüentemente, não seria possível entender os aplicativos como iniciativas de cidade inteligente, pois estariam falhando na promoção de mudanças socioculturais.

Para verificar essas hipóteses, tomamos como objetos de análise quatro iniciativas de mapeamento de assédio sexual de rua lançadas no Brasil a partir de 2014: mapa *Chega de Fiu-Fiu*, *Clique 180*, *Sai Pra Lá* e *Assédio Zero*. São analisados os discursos sobre os aplicativos enunciados por seus próprios idealizadores, as práticas propostas por estes aplicativos e os textos constituídos por suas interfaces.

A semiótica discursiva⁶, operada na análise, também orienta o tratamento do conceito de cidades inteligentes. As iniciativas que se encaixam nessa classificação são vistas como narrativas das quais participam diversos actantes/atores, como o sujeito cidadão, o sujeito cidade e o próprio sujeito idealizador do aplicativo.

Esta reflexão sobre cidades inteligentes está presente já na próxima seção. Em seguida, analisamos individualmente cada iniciativa e, por fim, discutimos os resultados da análise de acordo com as balizas teóricas apresentadas.

A mudança nas formas socioculturais na base da ideia de cidade inteligente

Conforme dito antes, a efetividade das iniciativas de cidade inteligente depende de que a ideia de “inteligência” não se restrinja ao caráter “digital” ou “tecnológico” das ferramentas. Tanto para Gama e Fernandes (2006) quanto para Ana Claudia de Oliveira (2016), cidades digitais são apenas uma primeira etapa para a promoção de cidades inteligentes. Os aplicativos de mapeamento de assédio apresentam a cidade figurativizada no mapa digital que usam para a sinalização dos locais. Mas as informações oferecidas por esse mapa só vão contribuir para uma “cidade inteligente” se exercerem um papel na promoção de mudanças nas formas de interface com o espaço urbano (Violi, 2016).

A interface das cidades nesses aplicativos mostra os locais em que mulheres foram assediadas. Assim, a densidade sinalética de assédio ressignifica os espaços, que passam a ser valorados disforicamente. Os aplicativos buscam, com isso – ao menos em seus discursos de promoção – *afetar* os modos de vida e *mudar* o relacionamento dos cidadãos com a cidade. Mas a maneira como isso é proposto por cada aplicativo produz efeitos de sentido distintos, como veremos na análise.

Os verbos “mudar” e “afetar” sugerem que há a ocorrência de uma transformação, de uma mudança de estado. Neste sentido, as iniciativas de cidade inteligente podem ser entendidas pelo conceito semiótico de percurso narrativo – um conjunto de programas de performance pressupostos por programas de competência (Barros, 2005) – do qual participam diversos actantes. O termo cidades inteligentes, então,

[...] engloba as narrativas empreendidas pelas urbes atuais nos seus percursos de busca de competências que têm por adjuvantes novos parâmetros de ambientação

⁶ Para leitoras e leitores não familiarizados com a metalinguagem da disciplina, ver, por exemplo, Barros (2005), Fiorin (2000) e Greimas e Courtés (2008).

física a partir da cidade digital que, em integração, transformam suas ações no conceito “inteligente”. (Oliveira, 2016, p. 147)

Os aplicativos são exemplos de adjuvantes que auxiliarão o sujeito na conquista daquilo que pretende para a melhoria do espaço urbano. Esse percurso pode ser observado a partir das motivações de diferente sujeitos. Vamos considerar, na análise, os propósitos do sujeito idealizador do aplicativo, do sujeito cidade e do sujeito cidadão.

Para cada um deles o aplicativo funciona como adjuvante na aquisição das competências necessárias para a tomada de atitudes que resultem na conquista de um objeto de valor. A principal competência a ser considerada é o saber, e cada aplicativo propõe um uso distinto do saber para cada sujeito. Já o objeto de valor deveria ser, em princípio, o mesmo para todos: a diminuição ou o fim do assédio sexual de rua. Denominaremos esse objeto de valor, daqui em diante, “combate ao assédio sexual de rua”.

O percurso canônico do uso dos aplicativos ocorre em três etapas. Na primeira, os sujeitos registram dados coletados no ambiente urbano; na segunda, consultam as informações resultantes desses dados; na terceira, os comportamentos dos sujeitos se modificam a partir do saber adquirido. Na primeira etapa, o sujeito cidadão faz saber sobre o assédio. Esse saber é então utilizado pelo próprio cidadão e pelo poder público (ou por outras instâncias sociais) para realizar a performance de combate ao assédio.

A inteligência da cidade se verifica, portanto, quando os sujeitos conseguem realizar a performance que resultaria no objetivo comum. Em outras palavras, quando todos os sujeitos fazem o que é preciso e conquistam o valor de base (teoricamente) almejado por todos. Esse valor de base é proposto pelo destinador das narrativas e pode ser apreendido a partir de enunciados sobre os aplicativos e nos próprios aplicativos (as interfaces). Uma análise desses enunciados permite então entender como esses destinadores veem o assédio sexual de rua e as condições de sua ocorrência. Disso se depreende, portanto, a dimensão política do assédio.

Os aplicativos de mapeamento e sua discursivização sobre o assédio sexual de rua

O levantamento dos aplicativos aqui analisados teve início em meados de 2015. Desse ano até o início de 2018 foram feitas buscas periódicas na *internet* e em lojas de aplicativos com o uso de termos relacionados ao mapeamento de assédio sexual de rua. O objetivo era encontrar ferramentas brasileiras ou adaptadas para uso no Brasil. O levantamento encontrou, no período, as quatro iniciativas analisadas neste artigo e já mencionadas anteriormente: mapa *Chega de Fiu-Fiu* (OLGA, 2014), *Clique 180* (ONU, 2015), *Sai Pra Lá* (Doria; Brenner, 2015) e *Assédio Zero* (MICROSOFT BRASIL; Luz, 2016). Cada uma delas foi proposta por uma instância de atuação distinta: respectivamente, organização não-governamental (terceiro setor), poder público, cidadã e poder privado.

Dos quatros aplicativos encontrados neste período, apenas o mapa *Chega de Fiu-Fiu*, que será analisado por último, continua em funcionamento. Os outros

três, apesar de não darem mais acesso aos dados neles registrados, permanecem relevantes para a análise pela discursivização do assédio manifestada em suas interfaces.

Clique 180

O *Clique 180*, lançado em maio de 2014, foi uma ferramenta desenvolvida pela ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres em parceria com a então Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e apoio da embaixada do Reino Unido (PORTAL BRASIL, 2014). A ferramenta era então adotada pelas cidades, pois suas funcionalidades contemplam a rede pública de atendimento às vítimas de violência contra a mulher. No caso aqui estudado, a cidade é Curitiba, capital do estado do Paraná.

Segundo informações da própria ONU Mulheres, o *Clique 180* é

[...] uma ferramenta colaborativa para mapear os locais das cidades que oferecem risco e segurança às mulheres, com espaço para comentários da população local. O Clique 180 contém informações sobre os tipos de violência contra as mulheres, dados de localização dos serviços da Rede de Atendimento e sugestões de rota física para chegar até eles. (LIDERADA, 2015)⁷

Ao abrir o aplicativo, o usuário tinha acesso ao menu com as funcionalidades (Figura 1a). Com o aplicativo desativado, o conteúdo informacional (definição sobre os tipos de violência e o texto da Lei Maria da Penha) permanece disponível, mas não as funções relacionadas à localização. Dentre essas funções estão a indicação dos locais da Rede de Atendimento para mulheres vítimas de violência e aquela de interesse deste trabalho, que é o registro de ocorrências no mapa (Figuras 1b e 1c).

A função de mapeamento recebe o nome de “Minha cidade mais segura”. A tela dessa funcionalidade apresenta um mapa (não visualizado com o aplicativo desativado) e um formulário (Figura 1b). Se a ferramenta estivesse ativa, o usuário poderia tanto fazer uma pesquisa sobre as ocorrências já registradas no mapa quanto registrar e sinalizar o local de uma ocorrência (cf. Figuras 1A, 1B e 1C).

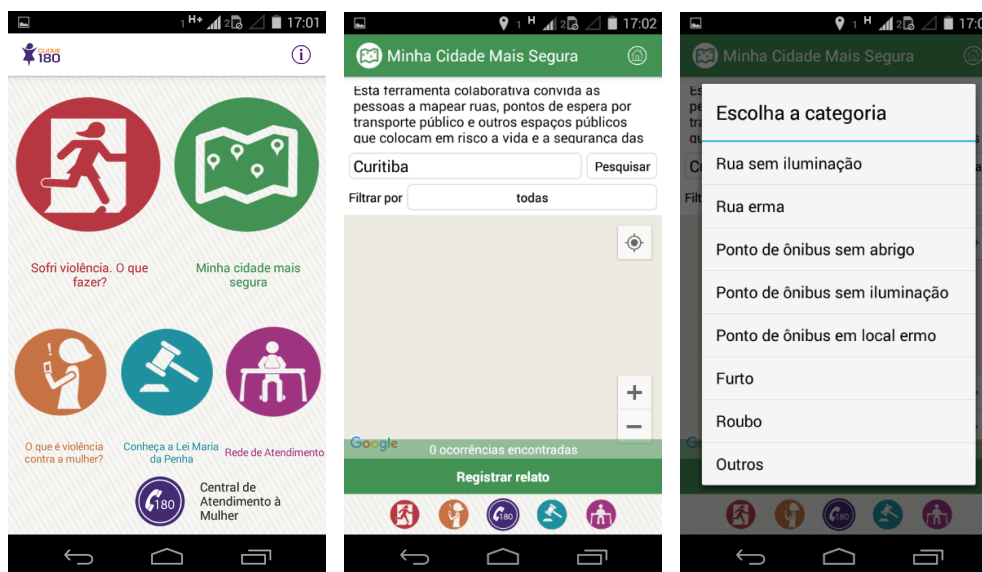
Para classificar os casos de assédio⁸ no momento de registrar ou fazer a consulta, o usuário escolheria uma das opções do menu (Figura 1c). Das oito opções listadas, três se referem a aspectos estruturais do espaço urbano (rua e ponto sem iluminação; ponto sem abrigo); duas têm a ver com a densidade e a frequência de transeuntes (rua e local de ponto de ônibus ermos); outras duas são atos realizados entre sujeitos – furto e roubo. Uma última alternativa é genérica.

O enunciado que orienta o uso da função “Minha cidade mais segura” (Figura 1b) diz: “Esta ferramenta colaborativa convida as pessoas a mapear ruas, pontos

⁷ Na ocasião do lançamento, os recursos mencionados nessa descrição podiam ser acessados por meio de aplicativo e do site www.clique180.org.br, que também está desativado.

⁸ Nota-se, pela descrição apresentada antes, que o aplicativo não traz especificamente o assédio como uma prática a ser denunciada. Mas uma reportagem publicada na época do lançamento especifica isso: “Mulheres que moram em Curitiba já podem denunciar locais da cidade em que se sentem inseguras – ou seja, em que foram abordadas sem autorização, levaram “cantadas” indigestas ou mesmo sofreram algum tipo de agressão. A capital paranaense passou a constar no site Clique 180 e no aplicativo disponível para iPhone e Android” (CURITIBANAS, 2015).

Figuras 1A, 1B E 1C: Respectivamente, menu inicial do aplicativo *Clique 180*, tela para pesquisa e registro de ocorrências e lista de categorias do relato.



Fonte: Impressão de tela do aplicativo feita pelas autoras.

de espera por transporte público e outros *espaços públicos que colocam em risco a vida e a segurança das mulheres*” (grifo nosso).

Na seção anterior, ao situar as ferramentas de cidade inteligente como adjuvantes no processo de melhoria das cidades, observamos que a análise da narrativa seria feita a partir do ponto de vista de três sujeitos envolvidos nesse processo: a instância idealizadora do aplicativo, a cidade e o cidadão. Pode-se entender os aplicativos como destinadores, como propositores de objetos de valor que o sujeito irá conquistar se usar a ferramenta. Como já dito, este valor principal é o combate ao assédio. O destinador também oferece as competências necessárias para a conquista desse objeto, e o aplicativo é um adjuvante na aquisição dessas competências.

No caso do *Clique 180*, a competência proposta ao sujeito cidadão é a possibilidade de mapear espaços públicos que colocam em risco a vida e a segurança das mulheres. O mapeamento encaixa-se na fase do fazer-saber: quando indica no mapa os locais, o sujeito constrói um saber sobre as áreas da cidade com risco às mulheres e de quais tipos. Note-se que este fazer-saber não é proposto diretamente à mulher que sofre violência, e sim a qualquer pessoa.

O saber produzido pelo cidadão usuário do aplicativo deveria, por sua vez, ser utilizado pelo poder público, dotando-o da competência necessária para o fazer (realizar ações que resultem no combate ao assédio). No entanto, os enunciados não mostram uma proposição dirigida ao sujeito cidade.

As categorias para classificação dos relatos também são significativas para apreender como o assédio é visto pelo sujeito idealizador da ferramenta. As opções (Figura 1c) consistem em locais da cidade e condições destes locais, além de duas práticas, que são o furto e o roubo. No enunciado destas categorias, o espaço público é apresentado como o agente da ação “colocar em risco” a segurança e a vida da mulher.

Mas não são ruas e nem pontos de ônibus que assediam mulheres: são pessoas⁹. Nem mesmo a escuridão ou a pouca circulação nestes locais podem ser considerados os principais responsáveis pelo assédio. Segundo dados do mapa *Chega de Fiu-Fiu* sobre Curitiba (Baggio, 2019), mais de 70% dos casos ocorrem durante o dia e 38% deles no centro da cidade (mais do que em qualquer outro bairro), área densamente ocupada e bem servida de equipamentos públicos.

As funcionalidades oferecidas pelo aplicativo e as escolhas feitas pelo enunciador para figurativizar o assédio (para torná-lo reconhecível por meio de associação com elementos do mundo natural) dão mostras de duas concepções sobre a prática.

A primeira baseia-se na constatação de que a competência do saber é oferecida apenas ao sujeito cidadão, e não ao sujeito cidade e nem ao sujeito idealizador (que, neste caso, é o próprio poder público). Essa competência, para o sujeito cidadão, sugere que o saber deve ser utilizado para que se evitem os locais sinalizados. Isso mantém a limitação na mobilidade urbana da mulher e desloca a responsabilidade do assediador para a vítima.

A segunda é que este saber não é exatamente sobre o assédio. As categorias acabam disfarçando a desigualdade de gênero e a violência dela resultante em problemas estruturais. Diante disso, talvez o combate o assédio sexual de rua não seja efetivamente o objeto de valor de base da instância propositora do *Clique 180*.

Sai Pra Lá

O aplicativo *Sai Pra Lá* foi lançado em março de 2015 e idealizado por uma estudante que, na época, concluía o ensino médio. A descrição da ferramenta pode ser vista em sua página na rede social *Facebook*:

O aplicativo funciona de forma rápida e prática. Andou na rua e foi assediada?

Abra o aplicativo, escreva o endereço em que o assédio ocorreu, escolha o período do dia, o tipo de assédio e o que foi feito.

Pronto, o seu assédio foi registrado de forma anônima.

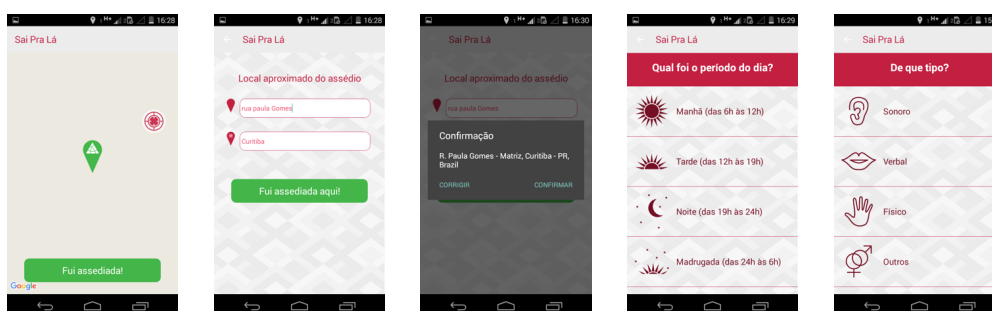
Não é obrigatório escrever o seu nome, idade ou e-mail, este item é opcional (SAI PRA LÁ, [2015]).

A primeira tela do aplicativo apresenta um mapa e o botão “Fui assediada!” (Figura 2a). O clique nesse botão leva a uma segunda tela com formulário para identificação do local do assédio (Figura 2b). Em seguida, aparece uma tela de confirmação do endereço (Figura 2c). Após a confirmação, o usuário informa o período do dia em que ocorreu o assédio (Figura 2d) e classifica-o como sonoro, verbal, físico ou “outros” (Figura 2e).

Por fim, em outra tela aparecem as opções para assinalar o que teria sido feito. Para facilitar a visualização, elas são apresentadas no Quadro 1.

⁹ Furto e roubo são praticados por pessoas, mas é um tipo de violência diferente de assédio sexual. Ainda que a violência sexual possa vir acompanhada de furto ou roubo, o assédio é majoritariamente realizado sem esse desdobramento.

Figuras 2A, 2B, 2C, 2D E 2E: Telas do aplicativo *Sai pra lá* para registro do assédio. Respectivamente, tela inicial, formulário para identificação do local, confirmação do endereço, período do dia, tipo de assédio.



Fonte: Impressão de tela do aplicativo feita pelas autoras.

QUADRO 1: Opções de classificação dos tipos de assédio de acordo com o aplicativo *Sai Pra Lá*.

Tipos de assédio e seus respectivos atos

SONORO	Buzinaram Assoviaram Bateram palmas Gemeram
VERBAL	Linda! Gostosa! Delícia! Oh lá em casa! Vagabunda! Vou voltar pra te pegar! Eu vou ser carinhoso com você! Ê peitão! Ei psiu, vem cá! Sussurrou no meu ouvido Palavras de baixo calão
FÍSICO	Apertou minha bunda Me encoxou Me acariciou Tocou propositalmente em minhas partes íntimas Puxou meu braço Alisou minha perna Tocou meu cabelo Deu um tapa na minha bunda Passou a mão dentro da minha saia Apertou meu peito Me jogou contra a parede
OUTROS	Se masturbou em público olhando para mim Mostrou o pênis Ficou dando tchauzinho Mandou um beijo com a mão Ficou me seguindo Ficou insistindo mesmo eu mostrando que não estava a fim Passou com o carro, abriu a janela e estava se masturbando Sorriu maliciosamente Me comeu com os olhos Tirou uma foto minha sem permissão Virou o celular para mim e estava assistindo pornô

Fonte: As autoras com base em Doria; Brenner, 2015.

A descrição do aplicativo em sua página no *Facebook* mostra que a competência da produção de um saber sobre o assédio é proposta para a mulher assediada, e não a outras pessoas. Apesar de o *Sai Pra Lá* também permitir a consulta dos registros no mapa (se estivesse em funcionamento), não é esse o aspecto destacado pela descrição. O foco, portanto, está mais na produção de conhecimento do assédio pela mulher e não na consulta de locais pelos quais ela não pode/não deve andar. Como já visto, essa proposição difere daquela apresentada pelo *Clique 180*, e os efeitos desta distinção serão discutidos mais adiante.

Essa visibilização do assédio, enriquecida ainda pela classificação de período do

dia, tipo geral de assédio e atos realizados, sugere a proposição de um saber¹⁰ para o poder público para que sejam tomadas providências. O aplicativo, na condição de adjuvante, auxilia o sujeito cidade a entender melhor a ocorrência de assédio e até o que as mulheres têm considerado como assédio (aspecto dos mais polêmicos quando se discute este assunto). De posse dessas informações, seria mais fácil realizar ações de enfrentamento. Esse direcionamento, sugerido pelo enunciado da interface do aplicativo, é confirmado pelo depoimento da idealizadora:

O intuito do aplicativo é mapear o assédio e atuar na prevenção, *pressionando os órgãos responsáveis* pela *nossa* segurança e mostrar para as mulheres quais são os locais onde mais ocorrem assédios. Também *queremos conscientizar a população* que o assédio não deve ser aceito e tem que ser combatido! Assim, quanto mais assédios registrados, mais voz *teremos!* (SAI PRA LÁ, [2015], grifos nossos)

A competência do saber também é proposta ao próprio sujeito idealizador, que se coloca próximo do sujeito cidadão no combate ao assédio. Isso fica claro pelo uso de pronome e verbos na primeira pessoa no enunciado acima. Este aplicativo também indica a mulher como protagonista da produção de saber sobre assédio e não sugere que são os locais a colocarem a mulher em risco. O assédio é densamente figurativizado e entendido como um problema social, coletivo. Por isso o objetivo de conscientizar a população. Por todos estes fatores, nota-se no percurso narrativo do *Sai Pra Lá* o combate ao assédio como um objeto de valor efetivo.

Assédio Zero

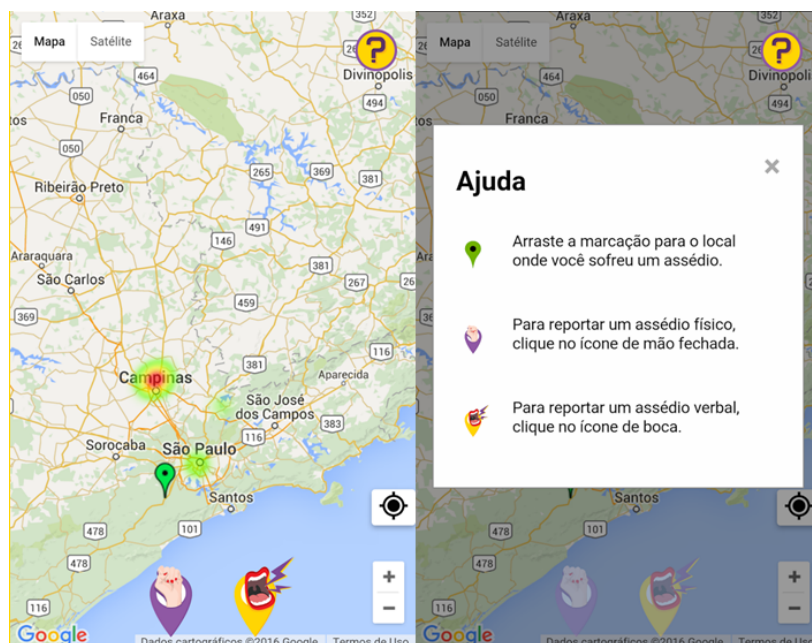
O aplicativo *Assédio Zero* foi lançado em junho de 2016 numa parceria entre a Microsoft Brasil e o Instituto Eldorado. No dia do lançamento, a Microsoft também anunciou sua adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, uma iniciativa da ONU Mulheres. Segundo descrição da empresa, o aplicativo “[...] ajuda mulheres a identificar lugares com maior índice de assédio e risco de violência” (MICROSOFT, 2016). Essa ajuda viria por meio da sinalização, em um mapa, de locais com grande quantidade de denúncias. Os assédios podem ser classificados como verbais ou físicos.

Ao ser aberto, o aplicativo mostra um mapa e, na parte inferior, os ícones dos tipos de assédio (Figura 3a). O usuário deve arrastar o ícone referente ao tipo que deseja denunciar até o ponto do mapa onde teria acontecido (Figura 3b). A quantidade de assédio em cada local é sinalizada por manchas circulares coloridas: áreas verdes com menos ocorrências, passando por áreas amarelas até áreas vermelhas com mais ocorrências (Figura 3a). Esse seria o mecanismo do aplicativo, caso ainda estivesse funcionando.

O aplicativo coloca-se como um adjuvante na identificação de locais com maior ocorrência de assédio. O fazer-saber não é dirigido especificamente à mulher, mas o saber sobre os locais, sim. Isso sugere que o saber deve ser utilizado pelas mulheres para evitar estes locais. Não se propõe a produção de um saber a ser

¹⁰ O saber é construído também pela divulgação de estatísticas. Em postagem no *Facebook* em 22 de novembro de 2015, a idealizadora mostra que já teriam sido registrados no aplicativo 1190 assédios físicos, 1710 da categoria “outros”, 2960 sonoros e 7830 verbais (SAI PRA LÁ, 2015).

Figuras 3A e 3B: Telas do aplicativo *Assédio Zero*: sinalização de locais com maior concentração de assédio, mecanismo de sinalização.



Fonte: MICROSOFT, 2016.

utilizado pelo poder público. De fato, o ponto de vista do sujeito cidade nem está presente na narrativa deste aplicativo.

A caracterização do assédio é explícita, mas restrita a dois tipos. Os ícones escolhidos para a figurativização também são ambíguos: o assédio verbal é figurativizado por uma boca aberta da qual sai um raio. Supõe-se, então, que o raio seja a palavra ofensiva, indesejada. Já o físico é figurativizado por uma mão fechada em forma de punho. Por analogia, o punho seria a agressão física. As unhas desta mão, no entanto, são pintadas de vermelho, o que sugere uma mão feminina. Se a mão e a boca são femininas, os ícones não presentificariam o assédio, mas a reação a ele. Mas se a intenção é que façam referência ao assédio, então as expressões do feminino nestes ícones tornam a sinalização incoerente. Diante disso, infere-se pouca preocupação com a clareza na abordagem do problema. O saber não é proposto ao próprio sujeito idealizador, ainda que ele esteja publicamente engajado em projetos de apoio ao “empoderamento feminino”. E, no entanto, este saber é bastante relevante para o poder privado. Vários casos de assédio sexual de rua registrados no mapa *Chega de Fiu-Fiu* (THREATS, 2018) foram cometidos por pessoas vestidas com uniformes de empresas e em horário de trabalho.

Em relação ao *Assédio Zero*, portanto, os enunciados sobre o aplicativo e sua própria interface carregam marcas de um percurso narrativo que não parece ter o combate ao assédio como objeto de valor proposto.

Mapa *Chega de Fiu-Fiu*

Diferente das outras iniciativas, o mapa *Chega de Fiu-Fiu* não é específico para dispositivos móveis. Ele pode funcionar tanto nesses dispositivos quanto em um

computador, pois está baseado na plataforma *Google Maps* acessada via navegador de *internet*.

Essa ferramenta foi lançada em abril de 2014 pela *Think Olga*, que se define como uma ong feminista de jornalismo independente. Segundo descrição no *site* (THINK OLGA, 2014), seu objetivo é mapear os pontos mais críticos da violência contra mulheres no Brasil. Além de acolher denúncias, também permite consulta dos locais e dos depoimentos registrados em cada cidade. O objetivo de acolher e exibir denúncias em um mapa não é o de alertar sobre espaços em que a mulher não deve circular por serem perigosos, mas sim o de pressionar o poder público sobre os números da violência e a necessidade de estabelecer políticas públicas efetivas de combate ao problema.

O mapa *Chega de Fiu-Fiu* é a mais colaborativa das práticas, na medida em que os dados registrados no mapa ficam disponíveis não apenas para consulta “visual”, mas também podem ser “baixados” em forma de planilha (THREATS, 2018). Essa opção não estava disponível em nenhum dos outros aplicativos, apesar de todos funcionarem da mesma maneira: as sinalizações figurativas recobrem dados que formam um banco com as variáveis que cada aplicativo oferece para o usuário classificar o assédio.

O mapa *Chega de Fiu-Fiu* distingue-se por coletar não só informações sobre localização e tipo de assédio, mas também dados de perfil demográfico¹¹. Quem deseja fazer um registro entra no mapa (Figura 4a) e preenche um formulário (Figura 4b) em que especifica o tipo de agressão, o lugar em que ocorreu, o período do dia. O formulário pede para o sujeito informar faixa etária, renda, nível educacional e cor, ou se prefere não dizer. As denúncias podem ser identificadas ou anônimas. Mesmo nas identificadas, o nome e o *e-mail* de quem denuncia não são exibidos nos testemunhos publicados no mapa e nem na planilha. Há também um campo de verificação de segurança, para evitar postagens feitas por “robôs”.

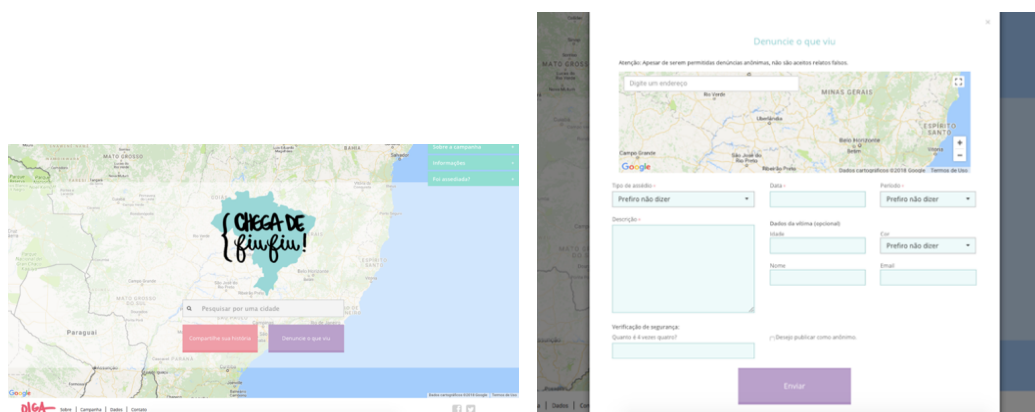
Os tipos de agressão listados são: “ameaça”, “assédio físico”, “assédio verbal”, “atentado ao pudor”, “estupro”, “exploração sexual”, “homofobia”, “racismo”, “stalking”, “tráfico de mulheres”, “transfobia”, “violência doméstica”, “outro” e “prefiro não dizer”.

Os enunciados “compartilhe sua história” e “denuncie o que viu” levam à página de registro e depoimento do assédio, e mostram que o sujeito cidadão ao qual a competência é oferecida pode ser tanto a pessoa assediada quanto alguém que tenha visto a ocorrência. A palavra “denúncia” reitera a ideia do assédio como um crime.

Como visto antes, a proposição de mapeamento para que a mulher evite os locais de ocorrência é negada textualmente, sinalizando um desejo de diferenciação de outras práticas ou discursos que colocam para a mulher a responsabilidade de evitar o assédio. O aplicativo, portanto, auxilia o sujeito cidadão na *aquisição* de

¹¹ Esses dados geram insights interessantes para investigações mais aprofundadas. Em Curitiba, quase 70% dos registros vieram de pessoas entre 15 e 29 anos (Baggio, 2019). Há várias hipóteses para essa predominância: maior familiaridade com a internet e com a plataforma, maior adesão às pautas feministas, maior propensão à denúncia. No entanto, o fato de que mulheres mais jovens tendem a ser mais assediadas do que mulheres mais velhas é algo apontado por Rebecca Solnit (2016) em seu texto sobre as mulheres e o caminhar. O motivo não seria a maior beleza das jovens, e sim a postura mais confiante das mais maduras.

Figuras 4A e 4B: Mapa *Chega de fiu-fiu*. Respectivamente, tela inicial de consulta e registro de assédio, formulário de registro do assédio.



Fonte: OLGA, 2014. Impressão de tela feita pelas autoras.

um saber sobre o assédio, mas, especialmente, na *produção* de um saber a ser utilizado pelo poder público, ou seja, pelo sujeito cidade, e também pela sociedade. Este sujeito é explicitamente convocado a utilizar os dados para sustentar políticas públicas de enfrentamento.

Por fim, essa iniciativa coloca também para si – sujeito idealizador – a competência de um saber sobre o assédio. A *Think Olga* publica relatórios com os dados registrados na plataforma e produz diversos tipos de conteúdo sobre o assédio sexual de rua¹², desde campanhas em redes sociais até material informativo a ser usado pelo poder público¹³. Sua ação mais recente é o lançamento de um documentário sobre o assédio no Brasil (CHEGA DE FIU-FIU, 2018).

Discussão dos resultados

Resgatando a proposta de entender os aplicativos como adjuvantes do sujeito na aquisição de competências e na conquista do objeto de valor, como isso acontece em relação às ferramentas analisadas?

Vimos que, no *Clique 180*, a aquisição da competência do saber é proposta para o sujeito cidadão, ou seja, para a mulher. Esse saber consiste em conhecer as áreas da cidade com maior ocorrência de assédio para poder evitá-las. O mapeamento dos locais e o registro de depoimentos não são saberes propostos ao sujeito cidade para que tome as medidas necessárias. Nem mesmo o sujeito idealizador (neste caso, o próprio poder público) entende que esse saber seria importante para si. A associação do assédio com aspectos estruturais da cidade também revela um desconhecimento ou mascaramento das suas reais causas e agentes. Diante disso, o valor de base, para este aplicativo, não parece ser o combate ao assédio. Ainda que o aplicativo estivesse funcionando, as informações produzidas pelos usuários não serviriam para resolver o problema, pois o problema não está onde e nem em quem o aplicativo sugere que esteja.

Situação parecida ocorre com o aplicativo *Assédio Zero*. A competência do

¹² Um resumo das ações realizadas pela ONG pode ser visto em Think Olga (2018).

¹³ A ONG produziu uma cartilha com orientações sobre o assédio sexual de rua em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DEFENSORIA, 2014).

fazer-saber não é diretamente proposta à mulher e o saber produzido pela identificação dos locais não é direcionado à utilização pelo sujeito cidade. Como isto, infere-se um saber para evitar lugares de risco, limitando a mobilidade urbana e responsabilizando a mulher por estar nesses lugares. A figurativização do assédio, ainda que não mascarada ou equivocada como a do *Clique 180*, também sugere um frágil engajamento do sujeito idealizador com o problema, a despeito do discurso de colaboração com o “empoderamento feminino”. Este discurso pouco se sustenta quando se considera que o sujeito idealizador não propõe o saber do assédio para si, para que tome parte ativa na performance. Da mesma forma, na narrativa deste aplicativo o objeto de valor de base não parece ser o combate o assédio.

O *Sai Pra Lá* e o mapa *Chega de Fiu-Fiu* propõem um saber ao sujeito cidadão e ao sujeito cidade, mas de formas distintas daquelas observadas nos aplicativos anteriores.

O sujeito cidadão, especialmente aquele atorizado pela mulher assediada, é convidado a produzir um saber sobre o assédio a partir de suas experiências. Essas experiências podem ser densamente figurativizadas a partir dos recursos oferecidos pelos aplicativos: no caso do *Sai Pra Lá*, pela multiplicidade de opções de caracterização; no mapa *Chega de Fiu-Fiu*, pelas categorias e depois pelos depoimentos. Ainda que as mulheres possam consultar os mapas e tomar decisões de mobilidade urbana a partir deles, não é essa a funcionalidade principal proposta pelos aplicativos.

Ao sujeito cidade o saber proposto é aquele produzido pelo sujeito cidadão, e que viria a suprir ou complementar as informações oficiais sobre o assédio que o poder público deveria ter. Estas duas iniciativas também colocam a competência do saber para si, na medida em que se propõem a utilizar os dados para embasar performances de combate ao assédio. No caso do *Sai Pra Lá*, isso ocorreu de forma mais tímida a partir de postagens em sua página no *Facebook*. O mapa *Chega de Fiu-Fiu*, por sua vez, realizou e tem realizado ações de enfrentamento do problema, como já citado anteriormente.

Estes dois aplicativos, por fim, apresentam um entendimento do assédio alinhado aos discursos de enunciadores mais envolvidos em seu enfrentamento: o assédio pode ser de várias formas, desde o olhar até o toque; o assédio pode ocorrer em qualquer local da cidade e período do dia; a mulher não é responsável pelo assédio sofrido; o assédio é um problema relacionado à desigualdade social e política de gênero, e tem pouco a ver com aspectos estruturais das cidades.

Enquanto a discursivização do *Sai Pra Lá* e do *Chega de Fiu-Fiu* contribui para o combate ao assédio, aquela dos aplicativos *Clique 180* e *Assédio Zero* não contribui ou até mesmo prejudica. As causas para isso podem ser muitas; dentre elas, é provável que haja um saber distorcido sobre o assunto ou uma postura oportunista. Não é incomum que destinatários do poder público e do poder privado busquem os benefícios de se associar a certos movimentos sociais, mas sem uma real intenção de atender as demandas desses movimentos. No caso do assédio sexual de rua, essa postura tem como consequência a reiteração de ideias equivocadas e atrasa a mudança cultural necessária para a resolução do problema.

Isso posto, acreditamos que o combate ao assédio é efetivamente um valor de base para o *Sai Pra Lá* e para o mapa *Chega de Fiu-Fiu*, mas não para o *Clique 180*

e nem para o *Assédio Zero*. Essa constatação, por sua vez, ajuda a responder a questão colocada no início do trabalho, sobre a manifestação de discursos políticos sobre o assédio. Se os aplicativos pudessem ser vistos como iniciativas de cidade inteligente, então eles também poderiam ser considerados promotores de novas formas socioculturais de ocupação do espaço urbano.

Resgatando as premissas conceituais apresentadas na seção 2, propor um objeto de valor partilhado pelos três sujeitos envolvidos na narrativa – o sujeito cidadão, o sujeito cidade e o sujeito idealizador – é uma condição para que os aplicativos possam ser considerados “inteligentes”. Vimos também que só a atuação conjunta, tendo em vista o mesmo objetivo, pode levar às mudanças nos modos de vida. Se o combate ao assédio não é efetivamente um objeto de valor do sujeito idealizador do aplicativo, e se ele não coloca esse valor também para o sujeito cidade, a atuação conjunta não acontece, e dificilmente o sujeito cidadão sozinho poderá fazer as mudanças necessárias. Consequentemente, entendemos que o *Clique 180* e o *Assédio Zero* não podem ser considerados iniciativas de cidade inteligente. O fato de terem sido desativados é mais um reforço para esse entendimento, algo especialmente grave em se tratando de iniciativas institucionais – uma delas oriunda justamente do poder público, que deveria ser o mais atuante no combate ao assédio.

E quanto ao *Sai Pra Lá* e ao mapa *Chega de Fiu-Fiu*, seriam iniciativas de cidade inteligente? Pelo discurso de seus enunciados, pode-se dizer que sim. No entanto, o *Sai Pra Lá* também foi desativado e não chegou a cumprir suas proposições.

O mapa *Chega de Fiu-Fiu* continua ativo, produzindo (e compartilhando) saberes e realizando ações, ou seja, completando o percurso narrativo de combate ao assédio proposto pelo aplicativo. É uma plataforma que se diz “colaborativa”, e esse fator é igualmente essencial para a ideia de cidade inteligente. Quando se trata de aliar essa ideia à mobilidade urbana, Josiane Nascimento Andrade e Diogo Cavalcanti Galvão (2016) entendem que a colaboração acontece se população e poder público têm pesos semelhantes na resolução dos problemas urbanos, e que,

Para que isso aconteça, o uso da tecnologia deve ser integrado às necessidades da população da cidade, conectando os diferentes atores envolvidos na vida urbana. Isto reafirma que a coletividade é parte importante do processo de melhoria das cidades, tornando-as mais participativas. (Andrade; Galvão, 2016, p. 16)

No caso do mapa *Chega de Fiu-Fiu*, o sujeito idealizador tem participado ativamente da iniciativa, mantendo a plataforma de produção de informação e utilizando essas informações para a realização de ações de combate ao assédio. O mesmo não se pode dizer do poder público, que parece desconhecer ou não usar essas informações, e nem mesmo coletar outras. Já o sujeito cidadão colaborou ativamente, especialmente nos primeiros anos de funcionamento. Depois, essa participação diminuiu¹⁴. Uma das hipóteses¹⁵ é que esse sujeito parou de colaborar ao não perceber o poder público fazendo a sua parte no processo. O

¹⁴ Em Curitiba, por exemplo, foram feitos 69 registros em 2014 e apenas 7 em 2017 (THREATS, 2018).

¹⁵ A outra hipótese é uma saturação do uso da ferramenta em alguns centros, especialmente nas capitais das regiões Sul e Sudeste. O alcance da divulgação do mapa pode ter atingido o limite das propagações em sites de redes sociais, o principal canal usado pela ONG Think Olga.

mapa *Chega de Fiu-Fiu*, portanto, talvez não apresente o caráter colaborativo que complementa a caracterização de cidade inteligente, devido à falta de engajamento de um dos atores, o poder público.

De fato, parece valer aqui o que Oliveira mostra em relação às iniciativas que buscam compensar a falta ou precariedade de informações sobre o transporte público de São Paulo: “No mais das vezes, as ações empreendidas para interferir nesse estado de falta de serviço eficiente são praticadas por movimentos e organizações do terceiro setor que atuam independentemente das ações administrativas” (Oliveira, 2016, p. 157).

A dimensão política do fazer discursivo dos aplicativos opera, portanto, em dois sentidos opostos. De um lado, a reiteração de uma visão do assédio como problema individual, algo que a mulher mesma pode e deve evitar que aconteça com ela, sem responsabilização do sujeito agressor; de outro, a promoção de uma visão do assédio como problema social, coletivo, que deve ser enfrentado pelo poder público e por outras instâncias institucionais, pois se trata de uma questão sociocultural que pauta a ocupação do espaço urbano.

O primeiro sentido é produzido justamente pelos dois destinadores mais fortes, que são o poder público e a grande corporação (que representa o poder privado). Devido à importância de tais destinadores e à amplitude de sua atuação, é possível que haja muita dificuldade na proposição de políticas públicas efetivas de combate ao assédio. Consequentemente, este se manterá como um problema a afetar negativamente a mobilidade urbana das mulheres, contribuindo para a desigualdade de gênero que, em última instância, limita o pleno exercício da cidadania.

Considerações finais

No primeiro parágrafo deste artigo, mostramos que as discussões sobre cidades inteligentes envolvem não apenas o potencial das ferramentas para melhoria na qualidade de vida nas cidades, mas também o desafio que a adoção dessas estratégias representa para os gestores. Os aplicativos de assédio sexual de rua podem ser emblemáticos para ilustrar essa articulação.

A coleta oficial de informações sobre assédio talvez seja dificultada por questões burocráticas, de falta de verba ou de estrutura. A mudança na legislação melhoraria essa situação, mas o processo é lento e esbarra em questões sociopolíticas bastante complexas, que nem todos estão dispostos a enfrentar. Portanto, a produção de informação pelos usuários seria de grande utilidade para o poder público, mesmo que sem o rigor estatístico necessário.

Os registros sobre Curitiba no mapa *Chega de Fiu-Fiu* mostram, como já vimos, que o assédio ocorre majoritariamente de dia e no centro da cidade. Pelos depoimentos, sabe-se que boa parte do assédio ocorre nos ônibus, nos terminais e nas estações-tubos, e estes locais estão identificados no mapa. Na ausência ou insuficiência de dados¹⁶, é um ponto de partida válido para embasar ações de enfrentamento.

¹⁶ A Prefeitura de Curitiba lançou, em 2014, a campanha “Busão sem abuso” (PREFEITURA, 2015). No entanto, com a mudança de gestão, a campanha foi descontinuada. O número de denúncias, ao menos em 2014 e início de 2015, é inferior aos registros no mapa *Chega de Fiu-Fiu*.

Uma objeção que o poder público poderia fazer ao uso de informações produzidas pelos aplicativos seria a não confiabilidade e a pouca quantidade de registros. Isso seria resolvido com a proposição de um aplicativo próprio, adequado às demandas governamentais. Esta iniciativa, o *Clique 180*, existiu, mas foi desativada. E ainda que estivesse em funcionamento, mostramos que ela pouco contribuiria para resolver o problema do assédio sexual de rua.

Entendemos que é grave o poder público falar de assédio de forma equivocada e, ainda por cima, abandonar a iniciativa sem substituí-la e sem justificativa. De forma geral, parece ser mais uma marca do retrocesso nas políticas públicas relacionadas ao direito das mulheres e ao combate à violência contra mulher que vem ocorrendo no Brasil.

O desafio que as cidades inteligentes representam para os gestores não parece estar apenas na falta de dinheiro para investir nessas iniciativas e na dificuldade operacional de implantá-las. O que as iniciativas de cidades inteligentes têm feito é mostrar que a falta de pessoal ou de recursos, apesar de ser uma condição muito frequente, não é o único senão. Auxiliadas por essas iniciativas, a população e parte do poder privado assumiram tarefas que eram do Estado, e ainda assim certos problemas estão longe de uma solução. O obstáculo, portanto, é mais do que estrutural e de recursos. É de caráter cultural e político. O desafio que as cidades inteligentes colocam aos gestores é a necessidade de se posicionar mediante o desvelamento desse caráter. ●

Referências

- ANDRADE, Josiane Nascimento; GALVÃO, Diogo Cavalcanti. O conceito de smart cities aliado à mobilidade urbana. *HumanÆ*. Questões controversas do mundo contemporâneo, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/478>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- BAGGIO, Adriana Tulio. Perfil do assédio sexual de rua em Curitiba segundo o mapa colaborativo “Chega de Fiu-Fiu”. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 14., 2018, San Jose. *Memorias*. Grupo Temático 15 – Comunicación y Ciudad. San Jose: Universidad de Costa Rica; Alaic, 2019. Disponível em: <http://alaic2018.ucr.ac.cr/sites/default/files/2019-02/GT%2015%20-%20ALAIC%202018.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BAGGIO, Adriana Tulio; LUZ, Nanci Stancki da. A impunidade do assédio sexual de rua: um vácuo jurídico sustentado pela cultura da violência contra a mulher. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (org.). *Gênero e resistência: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres*. v. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: <https://www.editorafi.org/524resistencia>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CADERNOS FGV Projetos. Rio de Janeiro, n. 24, 2014. Disponível em: http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/cadernos_fgvprojetos_smart_cities_gwa_0.pdf. Acesso em: 4 out. 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PL 5452/2016*: Projeto de Lei. Brasília, 24 set.

2018. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=208641>. Acesso em: 25 set. 2018.
- CHEGA de fiufiu. Direção: Amanda Kamanchek, Fernanda Frazão. Think Olga, Brodagem, 2018. 73 min.
- CURITIBANAS podem denunciar locais em que se sentem inseguras. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 mar. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/curitibanas-podem-denunciar-locais-em-que-se-sentem-inseguras/>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Vamos falar sobre: assédio sexual*. São Paulo: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública; Olga, 2014. Disponível em: <http://thinkolga.com/cartilha/>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- DORIA, Catharina; BRENNER, Silvia. *Sai Pra Lá*, versão 1.0.1. São Paulo, 2015. Aplicativo para sistemas operacionais Android e iOS. Disponível em: <https://itunes.apple.com/us/app/saipralá/id1051946204?mt=8>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- GAMA, Rui; FERNANDES, Ricardo. O digital como veículo para o inteligente: tópicos para uma abordagem territorial. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 2., 2006. Braga. In: MENDES, José Fernando Gomes; RAMOS, Rui António Rodrigues; SILVA, António Nelson Rodrigues da; SOUZA, Léa Cristina Lucas de. *Anais [...]* São Carlos: EESC/USP, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/26269>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Vários tradutores. São Paulo: Contexto, 2008.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- LIDERADA pela prefeitura de Curitiba, mobilização no Dia Laranja registra mais de 500 downloads do Clique 180. *ONU Mulheres*, Brasília, 7 abr. 2015. Disponível em: www.onumulheres.org.br/noticias/liderada-pela-prefeitura-de-curitiba-mobilizacao-no-dia-laranja-registra-500-downloads-do-clique-180/. Acesso em 2 jan. 2018.
- MICROSOFT lança Assédio Zero, app para mapear a violência contra as mulheres. *IDG Now!*, 3 jun. 2016. Disponível em: <http://idgnow.com.br/mobilidade/2016/06/03/microsoft-lanca-assedio-zero-app-para-mapear-a-violencia-contras-as-mulheres>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- MICROSOFT BRASIL; LUZ, Marlon. *Assédio Zero*, versão 1.0.3. São Paulo, 2016. Aplicativo para sistemas operacionais Android e Windows. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.assediozeroapp&hl=en_GB. Acesso em: 15 jan. 2018.
- OLGA. *Chega de Fiu-Fiu*. São Paulo, 2014. Mapa em website. Disponível em:

- <http://chegadefiufiu.com.br>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de. São Paulo, nos percursos de uma inteligência sensível. In: SANTAELLA, Lucia. *Cidades inteligentes: por que, para quem?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- ONU MULHERES BRASIL. *Clique 180*, versão 1.2.6. Brasília, 2015. Aplicativo para sistemas operacionais Android e iOS. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.negociosreais.sosmulher&hl=pt>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- PIVA, Naiady. É preciso pensar as cidades para as mulheres. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 out. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/e-preciso-pensar-as-cidades-para-as-mulheres-6x6ellebc10zjoex2ifimimqa>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- PORTAL BRASIL. Campanha “Eu ligo” e aplicativo “Clique 180” incentivam denúncias. *Governo do Brasil*, Brasília, 22 maio 2014. Disponível em: www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/campanha-eu-ligo-e-aplicativo-clique-180-incentivam-denuncias. Acesso em: 2 jan. 2018.
- PREFEITURA DE CURITIBA. Campanha Busão sem Abuso gera aumento de denúncias de assédio em ônibus. Curitiba, 24 abr. 2015. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/campanha-busao-sem-abuso-gera-aumento-de-denuncias-de-assedio-em-onibus/36211>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- RAIBAUD, Yves. Durable mais inégalitaire: laville. *Travail, genre et sociétés*, v. 33, n. 1, p. 29-47, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2015-1-page-29.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- REDE NOSSA SÃO PAULO; CIDADE DOS SONHOS; IBOPE INTELIGÊNCIA. *Pesquisa Mobilidade Urbana*, São Paulo, set. 2017, p. 33 [apresentação]. Disponível em: <http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/pesquisamobilidade2017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- SAI PRA LÁ. *Sobre* (História). [2015]. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/appsaiprala/about/?ref=page_internal. Acesso em: 3 jan. 2018.
- SAI PRA LÁ. *Assédios registrados*, 22 nov. 2015. Postagem de Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/appsaiprala/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 3 jan. 2018.
- SOLNIT, R. *A história do caminhar*. Tradução de Maria do Carmo Zanini. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- THINK OLGA. Conheça o Mapa Chega de Fiu-Fiu. *Olga*, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- THINK OLGA. Trajetória Chega de Fiu-fiu. *Olga*, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/04/16/trajetoria-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- THREATS. *Dados gerais sobre o Brasil*. 4 jan. 2018. Planilha de Excel. Disponível em: <http://chegadefiufiu.com.br/api/threats.xls>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- VIOLI, Patrizia. Smart city between mythology, power control and participation. WORLD CONGRESS OF THE IASS/AIS, 12., 2014. Sofia (Bulgaria). *Proceedings* [...]

Sofia: IASS; NBU Press, 2016, p. 1-7. Disponível em: http://www.iass-ais.org/proceedings2014/view_lesson.php?id=116 Acesso em: 15 jan. 2018.

Dados para indexação em língua estrangeira

Baggio, Adriana Tulio; Luz, Nanci Stancki da
The street harassment's political dimension:
mapping applications as smart cities initiatives
Estudos Semióticos, Special issue "Political discourse in the
contemporaneity: theoretical and analytical challenges"
vol. 15, n. 1, (2019)
ISSN 1980-4016

Abstract: *The street harassment mapping applications that began to emerge from 2014 in Brazil can be understood, at a first glance, as smart city initiatives. With these initiatives, the population and other social instances can participate in solving city problems. Such applications would help to combat street harassment and, consequently, improve the conditions for urban mobility of women. By analyzing the meanings produced by the semiotic texts of the applications, can we consider them as smart city initiatives? More specifically, does their discursive doing provide the appropriate political dimension to transform the narrative of harassment by promoting urban forms-of-life with more citizenship for women? To answer these questions, we analyze in this article - based on the canonical concepts of discursive semiotics - four street harassment mapping applications. The theoretical approach also operates an understanding of smart cities as helpers in the achievement of the object of value of society. In this case, such object should be the fight against street harassment. The analysis shows that not all applications accomplish the same performance, suggesting that the promotion of public policies is hampered by a repeated and distorted view of the problem.*

Keywords: *Urban life; Smart city; Political dimension; Street harassment; Mapping applications.*

Como citar este artigo

Baggio, Adriana Tulio; Luz, Nanci Stancki da. A dimensão política do assédio sexual de rua: aplicativos de mapeamento como iniciativas de cidade inteligente. *Estudos Semióticos* [online]. Dossiê temático "Discursos políticos na contemporaneidade: desafios teóricos e analíticos". Volume 15, n. 1. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. São Paulo, agosto de 2019, p. 132-151. Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento: 14/12/2018

Data de aprovação: 02/02/2019
